

A política monetária em 2022, de acordo com o Banco Central.

Após a reunião nos dias 1º e 2 de fevereiro do Conselho de Política Monetária do Banco Central (COPOM), o órgão determinou um novo patamar da taxa Selic: de 9,25%, passou para **10,75%**. O percentual não considera a inflação. Com esse percentual, os juros base chegou ao maior nível desde abril de 2017, quando estava em 11,25%. Quanto aos juros reais, a agência internacional *Infinity Asset* passou a classificar o Brasil em primeiro lugar em seu ranking com uma taxa de juros real de 6,41% (acima da inflação). Na recente ata da reunião mencionada os motivos principais que resultaram na elevação da taxa foram: as incertezas com a economia internacional e os desmandos fiscais do Governo Federal (desrespeito a LRF, precatórios postergados, mudança na Lei do Teto de Gastos e Emendas Parlamentares).

De acordo com a ata da reunião, a inflação ao consumidor segue elevada, com alta em vários grupos que compõem o índice oficial (IPCA) com destaque ao setor de serviços e a preços administrados (petróleo e energia elétrica). Portanto, na avaliação do Banco “apesar do desempenho mais positivo das contas públicas, o Comitê avalia que a incerteza em relação ao arcabouço fiscal segue mantendo elevado o risco de desancoragem das expectativas de inflação.... Isso implica maior probabilidade de trajetórias para inflação acima do projetado de acordo com o cenário de referência”. Como consequência da elevação da taxa Selic, é muito provável que a relação dívida pública bruta/ PIB sofra uma elevação. Projeta-se uma relação de 82,1% do PIB no ano de 2021, e para 2022, 84,8% em razão do forte aumento da Selic e do custo médio dos títulos públicos. Esse movimento, por mais paradoxal que demonstre, deverá provocar mais incertezas, como já visto em momentos passados. Em carta aberta enviada pelo presidente do Banco Central ao Ministro da Fazenda (11/01/2022) conforme estabelece a legislação quando a inflação fica fora do intervalo de tolerância, o presidente afirma que o COPOM considera “diante do aumento de suas projeções e do risco de desancoragem das expectativas de inflação para prazos mais longos, é apropriado que o ciclo de aperto monetário avance significativamente em território contracionista”.

O que tudo isso significa?

A depender do Banco Central, a atividade econômica neste ano deverá, no mínimo, patinar. Portanto, podemos dizer que na perspectiva do BC o ano de 2022 terá por um longo período, juros reais elevados, aperto monetário e atividade econômica recessiva. Apesar do exagero no chamado risco fiscal, o mesmo deverá ocorrer por motivos eleitorais e a sua elevação será motivo para especulações cambiais, alterações baixistas no mercado acionário, elevação de juros e preços. Por outro lado, a taxa de desemprego continua em patamares elevados (13 milhões) e a renda média dos empregados em queda. O desemprego medido pelo IBGE saiu de 11,9% em 2019 para 14,4% em 2021. Em 2022, ele deverá se manter no patamar dos atuais 13,6%, índice mais de duas vezes superior à média mundial. Já a renda média real ficou em R\$2.444,00, queda de 4,5% frente ao trimestre anterior e recuo de 11,4% em relação a igual trimestre de 2020. Trata-se do menor rendimento da série histórica, iniciada em 2012. A massa de rendimento real não sofreu alterações no período.

Acreditar em crescimento econômico, mesmo após a carta aberta do BC e as recentes medidas do COPOM é uma questão de fé, não de ciência econômica.

Arrecadação do ICMS de Janeiro a Dezembro de 2021

Em valores correntes, o arrecadado com o ICMS atingiu o patamar de R\$138,35 bilhões no período de janeiro a dezembro (Tabela 1), com os valores do PEP/2021, R\$451 milhões, já considerados - base de incidência da cota-parte das universidades. O valor arrecadado no mês de dezembro (R\$13,8 bilhões) em termos nominais, ficou 7,05% acima do valor arrecadado no mês anterior; 23,95% de aumento se comparado com o mesmo mês do ano anterior (base de comparação deprimida); 26,2% acumulado do ano, comparado ao mês período do ano anterior e igual variação, no acumulado de doze meses, comparado aos doze meses imediatamente anteriores.

Tabela 1
ICMS- base de incidência da cota-parte
Valor efetivamente arrecadado
valores correntes, em R\$ milhões

ano/ mês	2019	2020	2021
Janeiro	9.137,35	9.684,93	10.531,88
Fevereiro	8.302,13	8.830,99	10.214,29
Março	8.351,98	9.040,74	11.080,57
Abril	8.883,44	7.786,09	10.187,07
Maior	8.667,98	6.738,67	10.539,72
Junho	8.426,81	7.466,50	10.918,24
Julho	8.706,29	8.495,96	11.744,44
Agosto	8.710,57	9.188,18	11.906,46
Setembro	8.988,51	9.810,89	12.104,03
Outubro	9.249,54	10.401,97	12.376,76
Novembro	9.347,65	11.028,48	12.922,61
Dezembro	10.761,15	11.160,88	13.833,63
Acumulado	107.533,41	109.634,27	138.359,69

Variação nominal:

- mês/ mês anterior : **7,05%**
- mês/ mesmo mês do ano anterior : **23,95%**
- acumulado no ano/ mesmo período anterior : **26,2%**
- acumulado em 12 meses/ mesmo período anterior : **26,2%**

Tabela 2
ICMS- base de incidência da cota-parte
Valor efetivamente arrecadado
valores deflacionados (IPCA-IBGE), em R\$ milhões

ano/ mês	2019	2020	2021
Janeiro	10.928,60	11.117,51	11.650,59
Fevereiro	9.887,12	10.111,97	11.205,55
Março	9.872,45	10.344,90	12.036,56
Abril	10.441,15	8.936,97	11.038,72
Mai	10.174,68	7.764,24	11.323,88
Junho	9.890,60	8.580,53	11.665,67
Julho	10.199,25	9.728,56	12.422,74
Agosto	10.193,05	10.496,02	12.484,34
Setembro	10.522,51	11.136,09	12.544,60
Outubro	10.817,26	11.706,34	12.667,06
Novembro	10.876,52	12.301,93	13.016,94
Dezembro	12.378,87	12.283,78	13.833,63
Acumulado	126.182,05	124.508,84	145.890,29

Varição, em valores deflacionados:

- Mês/ mês anterior : 6,27 %

- Mês / mesmo mês do ano anterior : 12,61%

- Acumulado no ano/ mesmo período anterior : 17,17%

- Acumulado em 12 meses/ mesmo período anterior : 17,17%

Na tabela 2 (valores deflacionados), a variação no mês ficou em 6,27%; se comparado com o mesmo mês do ano anterior, a variação foi de 12,6%; no acumulado do ano, comparado com o mesmo período do ano anterior, a variação chegou a 17% e no acumulado de doze meses, comparado com os doze meses imediatamente anteriores, a mesma variação. Trata-se de um crescimento significativo, se observarmos o baixo desempenho da atividade econômica no país e no estado de São Paulo, nos últimos 4 anos. Por outro lado, na tentativa de obter um crescimento sem influência da base deprimida, resultante dos efeitos causados pelo distanciamento social do ano passado (2020), se compararmos o acumulado em doze meses, encerrados em março de 2020 (antes dos efeitos econômicos da crise do coronavírus) com o acumulado em doze meses, terminados em dezembro/21, a taxa de crescimento passa a ser de 14,8%.

Tabela 3
ICMS- base de incidência da cota-parte
Valor acumulado em 12 meses
deflacionados (IPCA-IBGE), em R\$ milhões

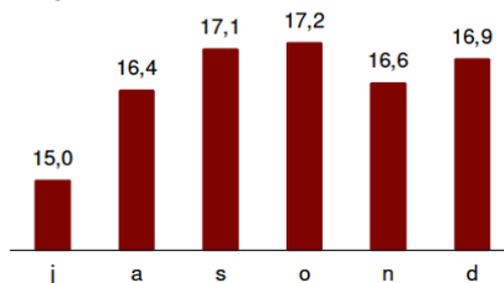
ano/ mês	2019	2020	2021
Janeiro	122.194,73	126.370,96	125.041,93
Fevereiro	122.444,49	126.595,81	126.135,51
Março	122.692,63	127.068,26	127.827,16
Abril	122.703,98	125.564,09	129.928,91
Mai	122.840,52	123.153,65	133.488,55
Junho	123.062,42	121.843,58	136.573,69
Julho	122.998,56	121.372,89	139.267,88
Agosto	122.833,69	121.675,86	141.256,20
Setembro	123.036,75	122.289,45	142.664,70
Outubro	123.374,72	123.178,52	143.625,42
Novembro	124.037,86	124.603,93	144.340,44
Dezembro	126.182,05	124.508,84	145.890,29

O maior valor acumulado foi em março/20 (R\$127,06 bilhões).

Comparado com o maior valor acumulado em 2021 (R\$145,89 bilhões) : variação de 14,8%.

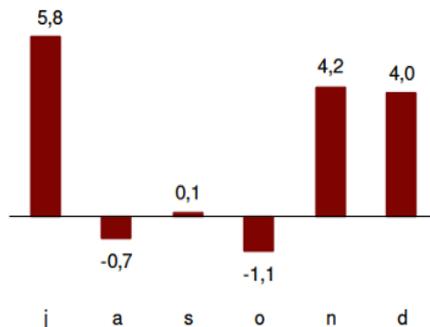
De acordo com o Relatório da Receita Tributária do Estado de São Paulo, o comportamento da arrecadação do ICMS, representado na curva do Gráfico 1, demonstra claramente a estabilidade nas taxas de crescimento real a partir do segundo semestre de 2021, um crescimento real associado: à dinâmica da atividade econômica, aos preços mais elevados das *commodities* agrícolas e minerais e ao desempenho positivo do setor de comércio e serviços, com a flexibilização recente das restrições de mobilidade. Por sua vez, quando analisamos a a variação real com o mês anterior (Gráfico 2), fica evidenciado a perda na velocidade no crescimento ocorrido nos meses de agosto a outubro de 2021, muito em função da base de comparação. Com o resultado de novembro e dezembro, volta a ocorrer um crescimento médio de 4%.

Gráfico 1 - Comportamento da arrecadação do ICMS/SP - até dezembro/21
Variação (%) real acumulada em 12 meses e variação (%) real acumulada no ano
(valores deflacionados pelo IPCA-IBGE)



FONTE Base de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. **NOTAS** (a) Excluídos os valores arrecadados pelas anistias. Dados do último mês são provisórios. Deflator: IPCA, considerando a inflação do mês do recolhimento.

Gráfico 2 – Variação real comparada com o mês anterior
Arrecadação do ICMS/SP – julho a dezembro/21
(valores deflacionados pelo IPCA-IBGE)



FONTE Base de dados da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. **NOTAS** (a) Série dessazonalizada; veja nota "b" da Figura 1 Excluídos os valores arrecadados pelas anistias. Dados do último mês são provisórios. Deflator: IPCA, considerando a inflação do

Inflação acumulada em 2021 e o resultado em janeiro de 2022.

O índice oficial de inflação no país (IPCA/IBGE) ficou em 0,73%, no mês de dezembro/21 (Tabela 1). Trata-se de 0,18 ponto percentual, abaixo do resultado de novembro (0,95 %). No período de 12 meses, o acumulado correspondeu a 10,06% (Gráfico 3), abaixo dos 10,74%, observados nos 12 meses imediatamente anteriores. No ano de 2021 (de janeiro a dezembro) o IPCA acumula, portanto, a variação de 10,06%, indicando que a inflação deve ficar acima do teto da meta definido pelo Conselho Monetário Nacional (3,75%) e do limite superior do intervalo de tolerância (5,25%), motivo pelo qual o Banco Central vêm elevando a taxa juros - SELIC.

Em janeiro de 2022, a inflação foi de 0,54% após a alta de dezembro. É o maior resultado para um mês de janeiro desde 2016, quando foi 1,27%. Já o resultado acumulado em 12 meses atingiu a marca de 10,38%, acima dos 10,06% observados em 12 meses anteriores. O IBGE calcula a inflação oficial brasileira com base na cesta de consumo das famílias com rendimento de um a 40 salários mínimos, abrangendo dez regiões metropolitanas, além dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e de Brasília.

O grupo artigos de residência foi o responsável pela maior alta de preços em janeiro contra dezembro. Subiu 1,82%, puxado pelos preços dos eletrodomésticos e equipamentos (+2,86%), do mobiliário (+2,41%) e TV, som e informática (+1,38%). O grupo alimentação e bebidas também pressionou a alta do IPCA em janeiro, com variação de + 1,11% no mês. A alimentação em domicílio passou de uma alta de 0,79% em dezembro para de 1,44% em janeiro. De acordo com IBGE, oito dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta de preços em janeiro. O IBGE ainda apontou que a desaceleração do IPCA de dezembro para janeiro (de 0,73% para 0,54%) foi puxada pelo grupo dos transportes. O segmento recuou 0,11%, após subir 0,58%. Esse foi o único dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados que teve queda em janeiro.

Gráfico 3: IPCA-IBGE - acumulado em 12 meses (janeiro/2022)

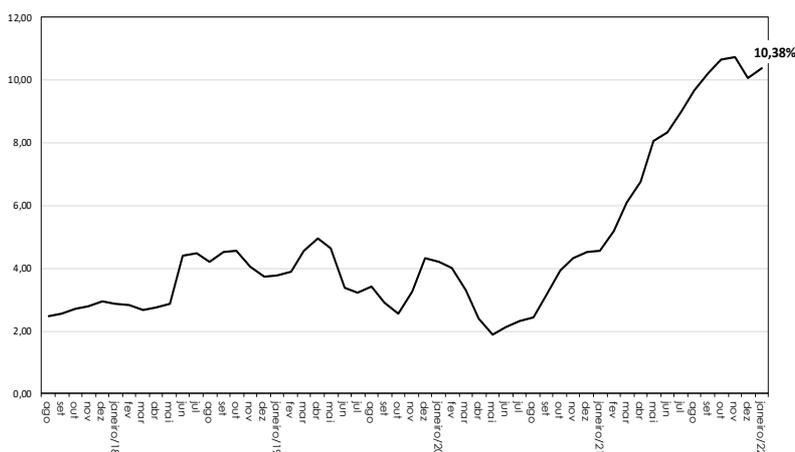


Tabela 1 - Variação do IPCA/IBGE

Período	Taxa
Setembro/21	1,16%
Outubro	1,25%
Novembro	0,95%
Dezembro	0,73%
Janeiro/22	0,54%
Acumulado em 12 meses (até janeiro/22)	10,38%
Acumulado em 12 meses (até dezembro/21)	10,06%
Acumulado em 12 meses (até dezembro/20)	4,51%

Liberações financeiras e comprometimento com a folha de pagamento – Janeiro a Dezembro de 2021.

De acordo com a planilha Cruesp (figura abaixo), as liberações financeiras à Unesp, no acumulado até dezembro, somaram R\$3,252 bilhões para cobrir uma folha de pagamento bruta de R\$2,120 bilhões, já deduzido os repasses dos royalties do petróleo, para fins de financiamento da insuficiência (parte da folha de inativos). Portanto, no acumulado do período, o valor da folha bruta correspondeu a 66,18% do total liberado. No mesmo período do ano passado, o comprometimento acumulado era superior a 83,08% (período de queda na arrecadação, por conta da crise sanitária). Convém lembrar dois aspectos: a) na folha bruta, conforme metodologia da planilha Cruesp, é previsto o provisionamento do décimo terceiro salário e do abono de férias, distribuídos igualmente ao longo do ano, b) os royalties do petróleo (nota da tabela Cruesp) são considerados para efeito de redução da insuficiência financeira, que até o momento, pelo entendimento na SP-PREV, têm sido utilizados para deduzir da folha de pensionistas e c) no ano passado, o elevado índice de comprometimento estava relacionado ao efeito da crise sanitária na arrecadação estadual, como já apontado anteriormente.

Nível de comprometimento da Folha de Pagamentos com as Liberações Financeiras Mensais (janeiro a dezembro/2021)

MÊS	ICMS LÍQUIDO PREVISTO EM R\$ 1.00	LIBERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO (EM R\$)				VALORES BRUTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO (EM R\$)			
		TOTAL	UNIVERSIDADE			TOTAL	UNIVERSIDADE		
			UNESP	UNICAMP	USP		UNESP	UNICAMP	USP
JAN	10.455.104.377	1.013.308.138	248.265.788	232.499.688	532.542.662	752.327.312	179.533.474	179.244.356	393.549.482
FEV	9.141.766.860	892.214.451	216.147.150	202.420.741	463.646.560	744.755.376	179.236.564	178.356.746	387.162.066
MAR	9.540.744.730	1.015.689.841	248.849.318	233.046.160	533.794.363	727.884.422	179.009.729	170.805.853	378.068.840
ABR	9.474.323.823	1.054.053.750	258.248.675	241.848.613	553.956.462	745.466.073	179.838.023	176.329.207	389.298.843
MAI	10.308.857.847	1.054.767.222	258.423.483	242.012.315	554.331.424	750.983.954	180.189.451	180.290.697	390.503.806
JUN	10.659.857.853	1.042.241.495	255.354.612	239.138.336	547.748.547	718.238.378	167.571.053	172.867.893	377.799.432
JUL	11.183.357.853	1.094.974.059	268.274.365	251.237.622	575.462.072	743.573.903	180.217.665	173.668.669	389.687.569
AGO	11.490.700.875	1.153.355.849	282.578.209	264.633.100	606.144.540	743.626.312	180.336.138	178.704.147	384.586.027
SET	11.935.762.903	1.182.048.594	289.608.082	271.216.542	621.223.970	716.792.433	169.375.055	172.373.239	375.044.139
OUT	11.736.163.897	1.139.254.090	279.123.204	261.397.506	598.733.380	741.392.883	180.215.184	172.813.315	388.364.384
NOV	12.511.565.105	1.258.666.181	308.379.791	288.796.154	661.490.236	748.759.987	180.841.515	177.327.706	390.590.766
DEZ	14.063.343.103	1.385.198.808	339.360.945	317.828.583	727.989.280	740.121.729	163.807.338	176.636.440	399.677.951
TOT.ACUM.	132.501.549.026	13.275.772.478	3.252.633.622	3.046.075.360	6.977.063.496	8.873.922.762	2.120.171.189	2.109.418.268	4.644.333.305

% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.				MÊS
TOTAL	UNIVERSIDADE			TOTAL	UNIVERSIDADE			
	%	UNESP	UNICAMP		USP	%	UNESP	UNICAMP
74,24	72,32	77,09	73,90	74,24	72,32	77,09	73,90	JAN
84,42	82,92	88,11	83,50	78,98	77,25	82,22	78,37	FEV
71,66	71,93	73,29	70,83	76,43	75,40	79,11	75,74	MAR
70,72	69,64	72,91	70,28	74,91	73,87	77,46	74,29	ABR
71,20	69,73	74,50	70,45	74,13	73,00	76,84	73,48	MAI
68,91	65,62	72,29	68,97	73,23	71,73	76,05	72,70	JUN
67,91	67,18	69,13	67,72	72,42	71,03	74,99	71,94	JUL
64,48	63,82	67,53	63,45	71,32	70,03	73,96	70,76	AGO
60,64	58,48	63,56	60,37	69,99	68,59	72,66	69,47	SET
65,08	64,56	66,11	64,86	69,46	68,16	71,96	68,98	OUT
59,49	58,64	61,40	59,05	68,41	67,15	70,84	67,92	NOV
53,43	48,27	55,58	54,90	66,84	65,18	69,25	66,57	DEZ
66,84	65,18	69,25	66,57	66,84	65,18	69,25	66,57	TOT.ACUM.

NOTA: Royalties do Petróleo - Conforme previsto na LDO (Lei nº 16.511, de 27 de julho de 2017) os recursos correspondentes à participação das Universidades na compensação financeira devida ao Estado em função da exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015) são deduzidas da insuficiência financeira na mês subsequente.

Execução Orçamentária e Resultado Financeiro: janeiro a dezembro/21

A dotação orçamentária inicial em 2021 correspondeu a R\$2,740 bilhões (fonte tesouro), valor referente à cota-parte do ICMS (base de incidência dos 2,3447%) além da suplementação, até o mês de dezembro, de R\$488 milhões. No acumulado até dezembro, foram empenhados R\$3,226 bilhões (99% do valor da dotação de tesouro); foram pagos por conta do orçamento de 2021, despesas corrente e de capital, o valor total de R\$2,064 bilhões (63,9% do valor empenhado - fonte tesouro). O valor total pago no período com todas as fontes, foi de R\$2,390 bilhões, sendo: R\$2,064 bilhões de tesouro, R\$311,63 milhões de receita própria e R\$14,97 milhões de convênios.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, EMPENHO E PAGAMENTO POR FONTE DE RECEITA (ORÇAMENTO/ 2021: ATÉ DEZEMBRO)

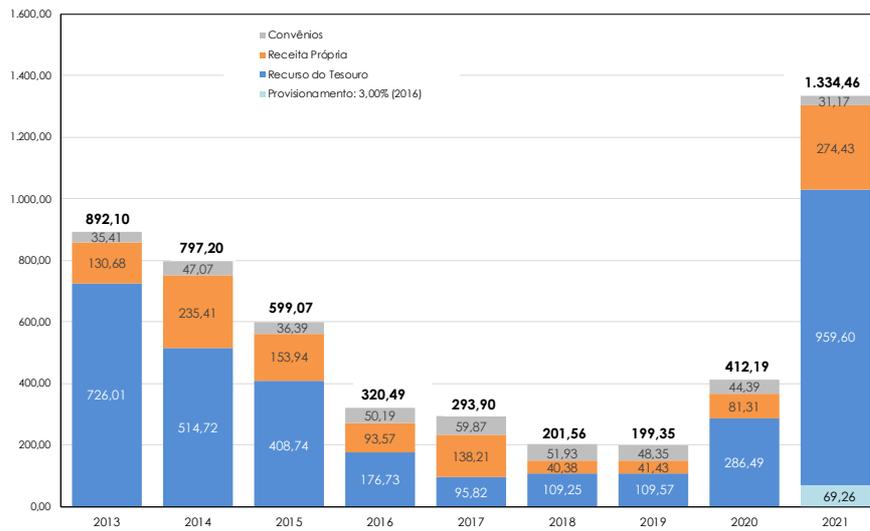
Especificação	Orçamento		Recursos do Tesouro (fonte 1)		Receita Própria (fonte 4)		Receita Convênios (fonte 5)	
	em R\$	%	em R\$	%	em R\$	%	em R\$	%
1. Dotação Orçamentária Atual*	3.661.277.671,00	100,00	3.229.633.117,00	100,00	380.895.763,00	100,00	50.748.791,00	100,00
2. Empenho (%=2/1)	3.602.245.861,09	98,39	3.226.769.553,26	99,91	351.418.160,96	92,26	24.058.146,87	47,41
3. Pagamento (%=3/2)	2.390.425.783,71	66,36	2.063.825.222,23	63,96	311.630.233,74	88,68	14.970.327,74	62,23
(4 = 1-2) Saldo a empenhar (%=4/1)	59.031.809,91	1,61	2.863.563,74	0,09	29.477.602,04	7,74	26.690.644,13	52,59
(5 = 2-3) Saldo a pagar (%=5/2)	1.211.820.077,38	33,64	1.162.944.331,03	36,04	39.787.927,22	11,32	9.087.819,13	37,77
(6) Dotação Inicial	3.092.870.179,00		2.740.795.443,00		336.132.028,00		15.942.708,00	
(7) Crédito (1-6)	568.407.492,00		488.837.674,00		44.763.735,00		34.806.083,00	

Nota: * consta na fonte 1, R\$485.233.224,00 crédito suplementar ICMS +R\$3.144.450,00 de crédito por superávit financeiro e R\$460.000,00 emenda parlamentar; consta na fonte 4, R\$14.763.735,00 crédito por superávit financeiro (fonte 44); consta na fonte 5, R\$34.806.083,00 crédito por superávit financeiro (fonte 45).

O saldo inicial em caixa no mês de janeiro/2021 somava R\$412,19 milhões, incluindo os recursos de convênios (R\$44,39 milhões). Considerando os ingressos de recursos até dezembro e os respectivos pagamentos ocorridos no mesmo período, no final do ano o saldo passou a ser de R\$1.334,46 milhões, sendo: R\$69,26 milhões referente ao provisionamento de 3% de 2016 (Gráfico 4). A recuperação do saldo financeiro até o mês de dezembro, deve-se aos seguintes fatores:

1. a surpreendente liberação financeira da cota-parte, acima da média prevista no orçamento. Destaque para o mês de dezembro que atingiu os R\$339 milhões de liberação financeira,
2. as despesas médias mensais, em 2021, estarem abaixo do patamar médio do ano de 2019. Em 2019, o gasto médio mensal era cerca de R\$234 milhões; no período de pandemia (setembro de 2020 a outubro de 2021) diminuiu para cerca de R\$210 milhões.

Gráfico 4: Saldo Financeiro Bruto (sem descontar restos a pagar)
valores expressos em R\$ milhões (2013 a 2021)



BOLETIM ECONÔMICO PROPEG

Pró reitor: Prof. Dr. Estevão Tomomitsu Kimpara

Assessores: Prof. Dr. Celso Antonio Rodrigues e Rogerio Luiz Buccelli

Esta é uma publicação bimestral. A reprodução de artigos ou reportagens é permitida desde que cite a fonte.